JÚLIA LAMBERT GOMES FERRAZ

**ANÁLISE DA TRAJETÓRIA LEGISLATIVA DAS LEIS PENAIS DE
GÊNERO NO BRASIL**

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
São Paulo
2020

JÚLIA LAMBERT GOMES FERRAZ

**ANÁLISE DA TRAJETÓRIA LEGISLATIVA DAS LEIS PENAIS DE
GÊNERO NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, sob a orientação do Professor Associado Dr. Luciano Anderson de Souza.

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
São Paulo
2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Lambert Gomes Ferraz, Júlia

Análise da trajetória legislativa das leis penais de gênero no Brasil ; Júlia Lambert Gomes Ferraz ; orientador Luciano Anderson de Souza -- São Paulo, 2020.

190 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Gênero. 2. Direito Penal. 3. Processo Legislativo. 4. Violência Contra a Mulher. 5. Feminismo . I. Anderson de Souza, Luciano , orient. II. Título.

**ANÁLISE DA TRAJETÓRIA LEGISLATIVA DAS LEIS PENAIS DE GÊNERO NO
BRASIL**

JÚLIA LAMBERT GOMES FERRAZ

DATA: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

1ª Examinador: _____

2º Examinador(a): _____

3º Examinador(a): _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao esforço dos meus pais, que desde o início colocaram a educação como prioridade, me fornecendo todo o suporte para que eu alcançasse meus objetivos pessoais e acadêmicos. Agradeço especialmente à minha mãe, Rose, que além de responsável pela minha alfabetização, me ensinou as belezas de se trabalhar com educação, carreira que escolheu para si e que, cada vez mais, eu também escolho para mim.

Agradeço o Professor Luciano Anderson de Souza pelo apoio e incentivos constantes ao longo da elaboração desse trabalho. Sou extremamente grata por todos os ensinamentos e aprendizados, não só porque me mostraram o valor da pesquisa científica, mas porque reafirmaram o papel fundamental da docência na transformação de pessoas e da própria realidade.

Estendo também meus agradecimentos à Professora Ana Elisa Bechara e ao Professor Renato de Mello Jorge Silveira por todas as importantes contribuições que fizeram ao trabalho durante a minha banca de qualificação.

Agradeço ao Henrique D'Angelo pelo companheirismo incomensurável, pela alegria diária e por me oferecer o conforto e o afeto necessários durante a turbulenta trajetória dos três últimos anos.

Agradeço a todas as minhas amigas e amigos, de anos e de décadas, pela presença constante e por todo o apoio e carinho que, de tão grandes, chega a ser difícil retribuir nessas poucas linhas.

Agradeço também ao Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getúlio Vargas, especialmente à Flávia Scabin e ao Thiago Acca, pela valiosa oportunidade de trabalhar com direitos humanos, pela confiança no meu trabalho enquanto pesquisadora e por me permitir descobrir que a pesquisa jurídica aplicada é capaz de transformar realidades e influir diretamente na garantia e promoção de direitos humanos.

RESUMO

Desde meados dos anos 90, alterações legislativas vêm sendo promovidas pelo Poder Legislativo brasileiro – influenciado, em grande medida, pelas reivindicações e pressões dos movimentos feministas – com o objetivo de melhorar a resposta estatal às distintas formas de violência de gênero. Nesse contexto, a via penal tem se constituído uma das principais ferramentas institucionais utilizadas para traduzir juridicamente tais demandas, o que se revela pela crescente criminalização de condutas “em defesa das mulheres”, como a violência doméstica, o assédio sexual, o feminicídio, a importunação sexual, o estupro coletivo, entre outros. Partindo dos principais referenciais teóricos feministas acerca do conceito de gênero, o presente trabalho analisa a trajetória legislativa das aqui denominadas “leis penais de gênero” ao longo das três últimas décadas, de forma a identificar possíveis falhas do processo de criminalização primária, assim como estabelecer considerações político-criminais sobre o uso da via penal no enfrentamento da violência de gênero.

Palavras-chave: Gênero – Direito Penal – Processo Legislativo – Violência Contra a Mulher – Feminismo.

ABSTRACT

Since the mid-1990s, legislative changes have been promoted by the Brazilian Legislative Power – influenced, to a large extent, by claims and pressures from feminist movements – with the aim of improving the state response to different forms of gender-based violence. In this context, the criminal law has been one of the main institutional tools used to legally translate such demands, which is revealed by the growing criminalization of conducts "in defense of women", such as domestic violence, sexual harassment, femicide, sexual harassment, gang rape, among others. Starting from the main feminist theoretical references about the concept of gender, the present work analyzes the legislative trajectory of here called "gender criminal laws" over the last three decades, in order to identify possible failures of the primary criminalization process, as well as establish political-criminal considerations on the use of the criminal law in coping with gender-based violence.

Keywords: Gender – Criminal Law – Legislative Process – Violence Against Women – Feminism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. O GÊNERO E A CATEGORIA “MULHERES”	12
1.1. As origens do gênero: a fuga do determinismo biológico.....	13
1.2. O Feminismo Cultural e o conceito de <i>essential female</i>	18
1.2.1. O essencialismo na teoria do direito de Catherine Mackinnon	22
1.3. A desconstrução do gênero e da categoria mulheres	25
1.3.1. O Pós-estruturalismo e a negação de um sujeito ao feminismo	26
1.4. Nem essencialização, nem desconstrução: uma terceira saída para o gênero.....	30
1.4.1. O Feminismo Interseccional	34
2. A APROPRIAÇÃO DO GÊNERO PELO DIREITO PENAL	50
2.1. Apontamentos iniciais sobre o “Direito Penal de Gênero”	50
2.1.1. Origem e evolução histórica da relação entre feminismos e legislação penal no Brasil.....	51
2.1.2. O Direito Penal de Gênero	55
2.2 O paradigma do Código Penal de 1940 frente ao gênero	61
2.3 A edição de Leis Penais de Gênero após a Constituição de 88	69
2.3.1 A esterilização cirúrgica e a Lei 9263/1996	69
2.3.2 O assédio sexual e a Lei 10.224/2001.....	77
2.3.3 A violência doméstica e a Lei 10.886/2004.....	87
2.3.4 A expressão “mulher honesta” e a Lei 11.106/2005.....	92
2.3.5 A violência doméstica e a Lei 11.340/2006.....	99
2.3.6 O estupro e a Lei 12.015/2009.....	106
2.3.7 O feminicídio e a Lei 13.104/2015	111
2.3.8 O descumprimento de medidas protetivas e a Lei 13.641/2018	122
2.3.9 Novos Crimes Contra a Dignidade Sexual e a Lei 13.718/2018	126
3. DIAGNÓSTICOS ACERCA DA TRAJETÓRIA LEGISLATIVA DAS LEIS PENAIS DE GÊNERO NO BRASIL	140
3.1 Falhas do processo de criminalização primária	140
3.1.1. A ausência de rigor técnico-científico e a influência midiática na construção legislativa de novas criminalizações	141
3.1.2. A preferência por tipos penais abertos.....	146
3.2 Apontamentos político-criminais sobre o uso da via penal no enfrentamento da violência de gênero	153

3.2.1. A prevalência de estratégias penais no tratamento da violência de gênero e a necessidade do Direito Penal se manter como último recurso.....	153
3.2.2. A construção sociojurídica da mulher enquanto vítima: a influência do feminismo cultural na produção legislativa	165
CONCLUSÕES.....	175
BIBLIOGRAFIA	179

INTRODUÇÃO

No Brasil, a trajetória dos feminismos em busca da positivação de direitos em defesa das mulheres tem como uma de suas bandeiras históricas mais relevantes a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher. Muito embora as reivindicações feministas datem de período anterior, foi principalmente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que a lógica discriminatória com relação à mulher – refletida, inclusive, no próprio ordenamento jurídico – começou a ser, de fato, rompida.

Como consequência das mudanças trazidas no plano constitucional – especialmente no que tange o estabelecimento da igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações (artigo 5º, inciso I) – dá-se início a um paulatino processo de revisão da legislação infraconstitucional, com o fim de compatibilizá-la aos novos princípios estabelecidos. Dentre as diversas alegações de inconstitucionalidade levantadas pelo feminismo, muitas elencavam o Direito Penal como foco prioritário de atenção, tendo em vista a significativa quantidade de dispositivos penais considerados discriminatórios com relação à mulher, como é o caso da expressão “mulher honesta”, que permaneceu no ordenamento jurídico brasileiro até a entrada em vigor da lei nº 11.106, em 2005.

Paralelamente a este movimento de neutralização de dispositivos discriminatórios, posicionamentos favoráveis ao uso afirmativo da lei penal também passaram a ganhar força dentro de parcelas do feminismo que viam a criminalização de condutas como uma das principais formas de enfrentamento à violência de gênero. É justamente a partir desse momento que se observa a intensificação do debate público em tona da possibilidade de novas tipificações baseadas no gênero, como os crimes de assédio sexual, violência doméstica e, mais recentemente, o feminicídio.

Tendo em vista que a articulação entre gênero e Direito Penal é uma constante da dinâmica legislativa nacional pós-constituição de 88, a presente dissertação se propõe a analisar de que forma a trajetória das aqui chamadas “leis penais de gênero” vem se consolidando no Brasil. Para tanto, o recorte temporal da presente dissertação foi fixado no ano de 1988, tendo em vista não só a importância da Constituição Federal na afirmação da igualdade de gênero, mas principalmente pelo fato de que, a partir de então, os discursos dos movimentos feministas passaram a ser incorporados pela atividade legislativa de forma mais ativa e sistemática.

Para fins de análise, a identificação e seleção das legislações aqui estudadas se deu com base em um critério abrangente, de modo a contemplar todas as propostas legislativas de modificação da legislação penal (seja para tipificar novas condutas, seja para revogar previsões anteriores) que possuem relação direta com reivindicações historicamente defendidas pelos movimentos feministas.

Respeitados os critérios temporal – iniciativas legislativas posteriores a 1988 que foram transformadas em norma jurídica – e material – conteúdo normativo que possui relação direta com reivindicações feministas –, foram identificadas nove legislações, a saber: a) Lei 9263/1996, que, dentre outras medidas, tipificou o crime de esterilização cirúrgica; b) Lei 10.224/2001, que tipificou o crime de assédio sexual; c) Lei 10.886/2004, que criou o tipo especial denominado “violência doméstica”; d) Lei 11.106/2005, que retirou do código penal a expressão “mulher honesta”, além dos tipos penais de adultério, sedução e o capítulo relativo ao rapto; e) Lei 11.340/2006, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha); f) Lei 12.015/2009, que alterou o crime de estupro, revogou o crime de atentado violento ao pudor e modificou o antigo Título VI do Código Penal (“Crimes Contra os Costumes”); g) Lei 13.104/2015, que tipificou o crime de feminicídio; h) Lei 13.641/2018, que tipificou o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência; e i) a Lei 13.718/2018, que estabeleceu novas modalidades de crimes contra a dignidade sexual.

Tendo em vista a importância do gênero, enquanto conceito sociojurídico, para o presente trabalho, o primeiro capítulo se dedica inteiramente ao estudo das diferentes linhas teórico-feministas, desde a década de 60 até os dias de hoje. A ideia é, com isso, estabelecer um panorama teórico-conceitual que sintetize de forma clara as principais tendências dentro do feminismo no que tange à compreensão do gênero e do grupo social do qual pretende ser voz – as mulheres.

Já o segundo capítulo tem como foco o processo de elaboração e aprovação de leis penais de gênero. Com o intuito de estabelecer um pano de fundo e ponto de partida para a análise, é feita inicialmente uma breve apresentação dos dispositivos contidos originalmente no Código Penal de 1940, sobretudo daqueles que exerceram influência significativa na construção jurídica do conceito de “mulher” (e que foram, muito deles, objeto das reformas legislativas em discussão). Em seguida, com base nas informações obtidas por meio de documentos disponíveis nas plataformas digitais da Câmara e do Senado Federal – como as justificativas dos projetos de lei; cópias de possíveis Substitutivos e Emendas; áudios e vídeos

das sessões plenárias; e informações gerais sobre a tramitação dos processos – passa-se ao estudo dos processos legislativos. Com isso, pretende-se esmiuçar os caminhos percorridos na articulação entre gênero e direito penal e evidenciar os discursos envolvidos na juridificação de demandas feministas, assim como possíveis falhas ou condicionamentos existentes no processo de positivação.

Por fim, o terceiro e último capítulo estabelece um diagnóstico acerca da consolidação de leis penais de gênero no Brasil. Para tanto, são feitas considerações técnico-legislativas acerca do processo de criminalização primária, assim como apontamentos político-criminais e teórico-feministas sobre a forma como o gênero e a categoria social “mulheres” vem sendo traduzidos nas últimas três décadas pelo discurso legislativo e jurídico-penal.

pretendia proteger, como colaborou, paradoxalmente, com o avanço do discurso conservador contrário à “ideologia de gênero”.

CONCLUSÕES

1. O gênero não é um conceito de significação estável na história do feminismo e das ciências humanas. Partindo das teorizações eminentemente essencialista do feminismo cultural, o conceito de gênero e, conseqüentemente, da categoria mulheres, foi sendo paulatinamente ressignificado por autoras críticas pós estruturalistas – contrárias ao binarismo e à essencialização de identidades sociais – e pelo feminismo interseccional. Nascido no bojo do feminismo negro norteamericano, o feminismo interseccional redefiniu os parâmetros tradicionais da análise sobre discriminação, estabelecendo a necessidade de se observar, em qualquer fenômeno discriminatório, os diferentes sistemas de opressão interligados.

2. Com relação à violência contra a mulher, a principal contribuição do feminismo interseccional foi ampliar a discussão para além da lente exclusiva de gênero. Isso, pois ao focar exclusivamente na agressão pontual cometida, as análises unifocais do feminismo cultural acabam não endereçando adequadamente a multiplicidade de problemas associados a contextos de violência contra a mulher, como a vulnerabilidade social, a dependência econômica com relação a parceiros, a falta de políticas públicas voltadas à assistência médica, escolar ou habitacional, entre outros fatores de marginalização social.

3. No Brasil, o Direito Penal historicamente contribuiu para a formação do conceito de “mulher” e para a sua compreensão enquanto grupo social. Especialmente no que diz respeito aos crimes sexuais e à regulamentação da sexualidade, a lei penal foi instrumento imprescindível na categorização, controle e classificação moral-sexual de mulheres. Como consequência, a revogação de preceitos discriminatórios com relação à mulher passou a ser foco de reivindicações feministas a partir da década de 80, com especial destaque para a figura “mulher honesta” e demais ofensas contra a moral sexual. Paralelamente às demandas pela neutralização penal, diante da invisibilidade social de formas importantes da violência de gênero, iniciou-se um movimento favorável à disciplina penal de uma série de novas condutas em defesa das mulheres, como o assédio sexual, a violência doméstica, o feminicídio, entre outras.

4. As legislações resultantes da apropriação, pelo Direito Penal, de reivindicações feministas, especialmente com relação à violência de gênero, têm sido enquadradas pela doutrina nacional e estrangeira como componentes do chamado “Direito Penal de Gênero”. Compreendido enquanto o resultado de um processo de reforma legislativa mais amplo, o Direito Penal de Gênero se baseia em duas vertentes principais: i) *lato sensu*, que contempla todas as reformas penais que, independentemente de estabelecerem diferenciações expressas de gênero, respondem claramente a interesses e reivindicações feministas; ii) *stricto sensu*, que contempla todas as alterações legislativas que estabelecem tipos penais com base em diferenciações expressas de gênero.

5. No caso brasileiro, o Direito Penal de Gênero teve início com a criminalização da esterilização forçada, em 1996, seguido por outras oito alterações legislativas resultantes da mobilização de pautas tradicionalmente feministas pelas suas representantes do Congresso Nacional, apelidada de “bancada feminina”: a tipificação do assédio sexual (Lei 10.224/2011); a previsão do tipo penal especial de violência doméstica (Lei 10.886/2004); a 1ª reforma dos crimes sexuais (11.106/2009); a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006); a 2ª reforma dos crimes sexuais (Lei 12.015/2009); a qualificadora penal de feminicídio (Lei 13.104/2015); a criminalização do descumprimento de medida protetiva (13.641/2018); e a 3ª reforma dos crimes sexuais (Lei 13.718/2018).

6. A trajetória das leis penais de gênero revelou problemas importantes quanto ao processo de criminalização primária. Em primeiro lugar, nota-se, com frequência, a ausência do devido rigor técnico e científico a respeito da matéria legislada. Não raras vezes, os parlamentares justificaram as suas proposições com base em matérias de jornal e revistas, revelando uma significativa influência das coberturas midiáticas na formulação das leis penais de gênero. Além disso, alguns dos erros técnicos constatados decorreram da necessidade de urgência na tramitação das propostas, como é o caso do esquecimento da proposta de alteração do Título VI do Código Penal durante a 1ª reforma dos crimes sexuais.

7. Além da ausência de rigor técnico e científico, outra falha constatada no processo de criminalização primária foi a preferência do legislador por tipos penais abertos. Sob a justificativa de que a “tradição legislativa” impõe ao Judiciário a tarefa de explicar o

conteúdo jurídico das formulações legais, o Legislativo elaborou redações demasiadamente abertas para alguns dos tipos penais analisados, como é o caso do estupro, assédio sexual e feminicídio. O principal problema decorrente da formulação aberta, para além das ponderações sobre legalidade e segurança jurídica, é que ela permite uma margem interpretativa perigosamente subjetiva ao aplicador do direito, o que, no caso de crimes sexuais, se mostra especialmente problemático.

8. Para além das falhas relativas ao processo de criminalização primária, é possível tecer considerações político-criminais sobre o uso da via penal para o enfrentamento da violência de gênero. Em primeiro lugar, muito embora boa parte das condutas tipificadas pelas leis penais de gênero estejam relacionadas a lesões graves a bens jurídicos penalmente relevantes, o Direito Penal vem se consolidando como primeira e única resposta ao problema da violência contra a mulher. Ao reiteradamente optar pela simples resposta penal em detrimento de estratégias mais abrangentes para lidar com o tema da violência contra a mulher, o legislador peca em compreender esta última enquanto fenômeno social complexo, que exige soluções direcionadas não só aos seus sintomas (a manifestação pontual da violência) mas principalmente à transformação das causas primeiras da violência – os padrões socioculturais responsáveis por reproduzir visões discriminatórias com relação à mulher.

9. A prevalência da estratégia penal se torna ainda mais preocupante pela crescente resistência do Poder Legislativo em ampliar a discussão de gênero para além dos limites da repressão penal. Enquanto, por um lado, há um alinhamento cada vez maior de ambos os polos do espectro político frente ao uso da via punitiva para o enfrentamento da violência contra a mulher (especialmente a violência sexual), há um forte bloqueio sendo construído com relação à inserção da pauta no plano educacional, respaldado na retórica da “ideologia de gênero”. Esta, que vem ganhando força principalmente a partir de 2014, tem como principal objetivo impedir a flexibilização do conceito biológico de “homem” e “mulher”.

10. Além disso, a influência do feminismo cultural na produção legislativa gerou consequências negativas à compreensão do fenômeno da violência de gênero. Em primeiro lugar, a individualização do conflito social gerada pelo recurso à gramática penal acabou

reduzindo a violência em termos de agressor e vítima. A cristalização de uma identidade fixa de “vítima” é, todavia, especialmente danosa às mulheres, pois impõe a todas elas um lugar social de passividade e fragilidade que muito pouco contribui para a superação de estereótipos de gênero.

11. A construção de políticas em defesa das mulheres com base na ideia de sua maior vulnerabilidade deve ser feita com muita cautela, pois, mesmo que não intencionalmente, pode fortalecer noções biologizantes e deterministas (como a da maior fragilidade do sexo feminino em comparação ao masculino) e afastar a tutela penal de mulheres que, por incidência de padrões discriminatórios para além do gênero, não se enquadram na imagem socialmente construída de “mulher frágil”, como é o caso das mulheres transexuais e negras.

12. Por fim, a elaboração legislativa adota, quanto às leis penais de gênero, um referencial distorcido sobre as experiências de vitimação femininas. O enquadramento das mulheres em uma categoria universal (“vítimas”) gerou não só a desconsideração das diferenças intrínsecas ao grupo social, mas a exclusão das parcelas mais vitimadas pela violência de gênero, como se pode observar no caso do feminicídio e da própria Lei Maria da Penha.

BIBLIOGRAFIA

ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus Post Structuralism: the identity crisis in feminist theory. Chicago: Signs, Vol. 13, No. 3, pp. 405-436, 1988.

ALEMANY. Carme. Assédio Sexual. In. HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ALMEIDA, Gabriela Perissinotto de; NOJIRI, Sérgio. Como os juízes decidem os casos de estupro? Analisando sentenças sob a perspectiva de vieses e estereótipos de gênero. Brasília: Almedina, Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 8, nº 2, p.825-853, 2018.

ALONSO ÁLAMO, Mercedes. Protección penal de la igualdad y derecho penal de género. Cuadernos de política criminal, segunda época, n. 95, p.19-52, 2008.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência Sexual e Sistema Penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina. In: DORA, Denise Dourado. *Feminino, masculino: igualdade e diferença na justiça*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BAGGIO, Adriana Tulio; LUZ, Nanci Stancki da. A impunidade do assédio sexual de rua: um vácuo jurídico sustentado pela cultura da violência contra a mulher. In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça (Orgs.). *Gênero e resistência, volume 2: memórias do II encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres*. Porto Alegre: Editora Fi, p. 331-352, 2019.

BARATTA, Alessandro. Princípios do Direito Penal Mínimo para uma teoria dos Direitos Humanos como objeto e limite da lei penal. In: BARATTA, Alessandro. *Criminología y Sistema Penal* (Compilación in memoriam) Buenos Aires: Editorial B de F, p. 299-333, 2004.

BARRETT, Michèle. *Women's oppression today: problems in marxist feminist analysis*. London : Verso, 5ª ed., 1986.

BARSTED. Leila de Andrade Linhares. Em Busca do Tempo Perdido: mulheres e políticas públicas no Brasil 1983-1993. Rev. Estudos Feministas, ano 02, 1994.

_____. O Avanço Legislativo no Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres. In: *o desafio de construir redes de proteção às mulheres em situação de violência*. Brasília: Agende/SPM, 2006.

BARTLETT, Katherine T. Gender Law. Duke Journal of Gender Law & Policy 1-20, 1994.

BATISTA, Nilo. *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore S. O sentido da pena e a racionalidade de sua aplicação no Estado Democrático de Direito brasileiro. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, v.21, nº 41, p. 01-31, 2018.

BELEZA, Maria Teresa Couceiro Pizarro. *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra*. Lisboa: AAFDL, 1990.

_____. Anjos e monstros: a construção das relações de gênero no Direito Penal. *Revista Ex Aequo*, 10, pp. 29-40, 2004.

_____. *Direito das Mulheres e da Igualdade Social: uma proposta de estudo e de ensino*. Coimbra: Almedina, 2010.

BÉO, Cíntia Regina. *A sistematização e a hermenêutica como instrumentos garantidores da efetividade dos direitos da mulher na Constituição Federal de 1988*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdade: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BODELÓN, Encarna. El cuestionamento de la eficacia del derecho em relación a la protección de los intereses de las mujeres. *Revista Delito y sociedad*. nº 11-12, p. 126-137, 1998.

BRASIL. Ordenações Filipinas. Livro V, Título XXXVIII.

_____. Congresso Nacional. Relatório n. 2, de 1993. Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa nas mulheres no Brasil. Brasília, 1993, p. 34. Disponível na internet pelo link: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/85082/CPMIEsterilizacao.pdf?sequence=7> (acesso em 10/01/2019).

_____. Diário do Congresso Nacional. Junho de 1994, quarta feira 22, p. 10081. Disponível na internet pelo link: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD15JUN1994.pdf#page=75> (acesso em 16/01/19).

_____. Diário da Câmara dos Deputados. Março de 2001, sexta feira 16, p. 5455. Disponível na internet pelo link: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16MAR2001.pdf#page=146> (acesso em 16/01/19).

_____. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2003, que altera os artigos. 215, 216, 219, 220 e 231 e acrescenta o art. 231A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, 2004, p. 03. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4595870&disposition=inline> (acesso em: 09/11/2017).

_____. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família sobre o Projeto de Lei do Executivo nº 4559/2004. 2005, p. 16-17.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Relatório de Avaliação do PPA 2004/2007, exercício 2005 - ano base 2004. Brasília, 2005.

_____. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, 2009.

_____. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a situação da violência contra a mulher no Brasil*, 2013, p. 63. Disponível na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>. (Acesso em 20/07/2018).

_____. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER). Complementação de Voto ao PL 5.452, DE 2016. Rel. Deputada Laura Carneiro, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br> (acesso em 03/02/2019).

_____. Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER). Complementação de Voto ao PL 5.452, DE 2016. Rel. Deputada Laura Carneiro, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br> (acesso em 03/02/2019).

_____. Projeto de Lei do Senado nº 191/2017 (Voto em Separado). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7949076&ts=1571776203810&disposition=inline> (acesso em 08/12/2019).

BUENO, Mariana Guimarães Rocha da Cunha. Feminismo e Direito Penal. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e a subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALANZAS, Myllena; CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In. CAMPOS, Carmem Hein de; CARVALHO, Salo de. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, p. 39-63, 2011.

CAPEZ, Fernando; PRADO, Stela. Código Penal Comentado. São Paulo: Saraiva, 3. ed, 2012.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em Movimento*. São Paulo: Estudos Avançados 17 (49), 2003.

_____. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, Viveiros de. Os delictos contra a honra da mulher: adultério; defloramento; estupro. A sedução no direito civil. Rio de Janeiro: João Lopes da Cunha editor, 1897.

CELMER, Elisa Girotti; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Violência de gênero, produção legislativa e discurso punitivo – uma análise da lei 11.340/06. Boletim IBCCRIM, São Paulo, ano 14, nº 170, jan., 2007.

CHAMALLAS, Martha. *Introducing Feminist Legal Theory*. New York: Aspen Publishers, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Sexual Politics: african americans, gender, and the new racism*. New York : Routledge, 2004.

_____. BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Polity: Cambridge, 2016.

CORRY, John. *A satirical view of London at the commencement of the nineteenth century*. 4ª ed. London : Printed for R. Dutton, 1809.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito do feminismo: revisitando debates. Campinas: Cadernos Pagu (19), p. 59-90, 2002.

COUTO, Maria Cláudia Girotto do. *Lei Maria da Penha e Princípio da Subsidiariedade: diálogo entre um direito penal mínimo e as demandas de proteção contra a violência de gênero no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum: Iss. 1, Article 8 Vol., 1989.

_____. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. Stanford Law Review, vol. 43, p.1241-1299, 1991.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Santa Catarina: Estudos Feministas, p. 171-188, 2002.

CRUZ BLANCA, María José. De un derecho penal discriminatorio por razón de sexo al derecho penal de género: una posible interpretación constitucional de los nuevos tipos penales relativos a la violencia de género. In: JIMÉNEZ DIAZ, María José (Org.) La Ley integral. Un estudio multidisciplinar. Dykinson, p. 265-295, 2009.

CYFER, Ingrid. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. Lua Nova: São Paulo, 94, 41-77, 2015.

DALY, Mary. *Gyn/Ecology: the metaethics of radical feminism*. Boston: Beacon Press, 1978.

DAMASCO. Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). Florianópolis: Estudos Feministas, p. 133-151, janeiro-abril, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto; DELMANTO JR., Roberto; DELMANTO, Fábio M. de Almeida. Código Penal Comentado, 8ª ed, São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

DÍEZ RIPOLLÉS. José Luis. El Derecho Penal Simbólico y los Efectos de la Pena. In: ARROYO ZAPATERO, Luis; NEUMANN, Ulfrid; NIETO MARTÍN Adán. (Coord.): Crítica y justificación del Derecho penal en el cambio de siglo. Ediciones de la Universidad de Castilla – La Mancha, 2003.

DINIZ, Débora; COSTA, Bruna Santos; GUMIERI, Sinara. Nomear Feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo: Ed. RT, vol. 114, ano 23, 2015.

DOTTI, René Ariel. *A Criminalização do Assédio Sexual*. Revista dos Tribunais, 87º ano, nº 752, 1998.

_____. Doca Street e o preço do machismo. In: MOREAU, Pierre (Org.). *Grandes Crimes*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

ECHOLS, Alice. The New Feminismo f Yin and Yang. In Powers of Desire: the politics of sexuality. (Org.) SNITOW, Ann ; STANSELL Christie ; THOMPSON, Sharon. Nova Iorque : Monthly Review Press, p. 439-459, 1983.

ELUF, Luiza Nagib. *Crimes contra os costumes e assédio sexual: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Ed. Jurídica Brasileira, 1999.

ESPANHA. *Boletín Oficial del Estado*. Núm. 148, p.19351-19358, p. 19352, 1989.

FARLEY, Lin. Sexual Shakedown: The Sexual Harassment of Women on the Job. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1978.

FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Violência de gênero e Direito Penal: análise da racionalidade da tipificação do feminicídio no Brasil. Revista Fórum de Ciências Criminais – RFCC, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 241-272, jan./jun. 2016.

_____. Gênero, Raça e Transexualidade: a (des)consideração de identidades múltiplas na conformação da qualificadora de feminicídio. In: SOUZA, Regina Cirino Alves Ferreira de (Org.). *Intolerância e Direito Penal*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, p. 147-164, 2019.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve História do Feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.

GELEDÉS. *Esterilização: Impunidade ou Regulamentação?* São Paulo: Cadernos Geledés, out/1991, 1991.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *O princípio da proporcionalidade no direito penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. Santiago: Revista Isis Internacional. v. 9, p. 133-141, 1988.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/Velhas Violências Contra a Mulher no Brasil. Revista Estudos Feministas, ano 2, 2º Semestre, 1994.

GROSSI, Patrícia Krieger. Avanços e desafios da Lei Maria da Penha na garantia dos direitos das mulheres no RS. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista. Campinas: Cadernos Pagu (22), pp.201-246, 2004.

HARRIS, Angela P. Race and Essentialism in Feminist Legal Theory. *Legal Theory*, 42 Stan. L. Rev. 581, p. 581-616, 1990.

HUNGRIA, Nelson; LACERDA, Romão Cortes de. *Comentários ao Código Penal*, t. VIII, Rio de Janeiro: Forense, 1947.

HUNGRIA, Nélson. Comentários ao código penal: decreto lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - arts. 121 a 136. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958. v. 5

JESUS, Damásio Evangelista de. *Direito Penal: parte especial*. São Paulo: Saraiva, v.3, 14ª ed., 1999.

KARAM, Maria Lucia. A Esquerda Punitiva. In. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1996.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington, Indiana University Press, 1987.

LEMOES, Rosália de Oliveira. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. Maringá. Revista Espaço Acadêmico, n. 185, outubro/2016, 2016.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, William. The criminal type in women and its atavistic origin. In. MORGAN, Rod; MAGUIRE, Mike; REINER, Robert (Org.) *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford University Press, 5ª ed., 2012.

MACKINNON, Catharine. *Sexual Harassment of Working Women: A Case of Sex Discrimination*. New Haven: Yale University Press, 1979.

_____. Marxism, Method, and the State: An Agenda for Theory. Chicago: Signs, Vol. 7, No. 3, pp. 515-544, 1982

_____. Marxism, Method, and the State: Toward Feminist Jurisprudence. Chicago: Signs, Vol. 8, No. 4, pp. 635-658, 1983.

_____. *Feminism Unmodified*. Discourses on Life and Law. Massachusetts: Harvard University Press, 1987.

_____. From Practice to Theory, or What Is a White Woman Anyway. New Haven: Yale J.L. & Feminism, vol. 4, n. 13, 1991.

_____. *Only Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

MAQUEDA ABREU, Maria Luisa. Es la estrategia penal una solución a la violencia contra las mujeres? Apenas algunas respuestas desde um discurso feminista critico. Barcelona: InDret, 2007.

MARSHALL, Anna-Maria. *Confronting Sexual Harassment: The Law and Politics of Everyday Life*. Nova Iorque : Routledge, 2016.

MELO, Mônica. Assédio Sexual: um caso de inconstitucionalidade por omissão. Revista do ILANUD, São Paulo, n.17, 2001.

MIRABETE, Julio Fabbrini.; FABBRINI, Renato N. Código Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 8. ed., 2012.

MONTENEGRO, Marília. *Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

MOORE, Henrietta. Understanding sex and gender. In. INGOLD, Tim (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1997.

MORGAN, Phoebe; GRUBER, James E. *In the Company of Men: Male Dominance and Sexual Harassment*. New England: Northeastern University Press, 2004.

MUÑOZ CONDE, Francisco. Las reformas de la Parte Especial del Derecho penal español en el 2003: de la "tolerancia cero" al "Derecho penal del enemigo". Revista General de Derecho Penal, nº 03, 2005.

ONU. *Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigación de Mortes Violentas de Mulheres em Razão de Gênero*. Brasil, 2014. Disponível na Internet pelo link: www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_feminicidio_publicacao.pdf. (Acesso em 18/07/2018).

PASCHOAL, Nohara. *O Estupro: uma perspectiva vitimológica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

PAULO FILHO, Pedro. *Grandes advogados, grandes julgamentos no júri e noutros tribunais*. 4. ed. Leme: J. H. Mizuno, 2015.

PIMENTEL, Silvia. PANDJIARJIAN, Valéria. Percepções das mulheres em relação ao Direito e Justiça: legislação, acesso e funcionamento. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1996.

PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. *Estupro: crime ou cortesia? Abordagem sociojurídica de gênero*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

_____. Estupro: Direitos Humanos, Gênero e Justiça. São Paulo: Revista USP, (37), P. 58-69, Março/Maio, 1998.

PITCH, Tamar. *Un derecho para dos: la construcción jurídica de género, sexo y sexualidade*. Madrid: Trotta Editorial, 2003.

PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silvia. A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil. In. CAMPOS, Carmem Hein de; CARVALHO, Salo de. *Lei Maria da Penha Comentada em uma Perspectiva Jurídico-Feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, p. 101-118, 2011.

QUEIROZ, Paulo de Souza. *Direito Penal – Introdução Crítica*. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

RADFORD, Jill; RUSSEL, Diana E. H. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. Nova York: Twayne Publishers, 1992.

REALE JUNIOR, Miguel. *Instituições de Direito Penal – Parte Geral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

RILEY, Denise. *Am I That Name? Feminism and the Category of “Women” in History*. London: Macmillan Press, 1988.

ROLAND. Edna. Direitos Reprodutivos e Racismo no Brasil. Florianópolis: Estudos Feministas, ano 3, 2º semestre, p. 506-514, 1995.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: notes on the political economy of sex. In. REITER, Rayna (ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

RUSSEL, Diana. *Crimes Against Women: Proceedings of the International Tribunal*. Berkley, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: Corrêa, M. (org.) *Gênero e Cidadania*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero (Pagu/Unicamp), 2002.

_____. *Gênero Patriarcado e Violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed, 2015.

SALGADO, Amanda Bessoni Boudoux. Igualdade como bem jurídico penal: análise do fundamento e da necessidade da agravção da pena por motivos discriminatórios. In: SOUZA, Regina Cirino Alves Ferreira de. *Intolerância e Direito Penal*. Belo Horizonte: Editoria D'Plácido, p. 119-146, 2019.

SANCHES, Helen Crystine Corrêa; ZAMBONI, Juliana Klein. A natureza jurídica das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha e suas consequências procedimentais. Atuação: Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense, Florianópolis, v. 13, n. 29, p. 1-32, dez. 2018.

SANTOS, Cecília MacDowell. *Women's police stations: gender, violence, and justice in São Paulo, Brazil*. New York: Palgrava Macmillan, 2005.

SIEGEL, Reva B. A Short History of Sexual Harassment. In: MACKINNON, Catherine A; SIEGEL, Reva B. (Org.) *Directions in Sexual Harassment Law*. Forthcoming Yale Press, p. 1-39, 2003.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Crimes sexuais: reflexões sobre a nova lei n. 11.106/2005*. Leme: J. H. Mizuno, 2006.

_____. *Crimes sexuais: reflexões sobre a nova lei n. 11.106/2005*. Leme: J. H. Mizuno, 2006.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Direito Penal Sexual ou Direito Penal de Gênero? In: JÚNIOR, Miguel Reale; PASCHOAL, Janaína (Coord.). *Mulher e Direito Penal*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2007, p. 329-354.

_____. *Crimes Sexuais: bases críticas para a reforma do direito penal sexual*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____; CAMARGO, Beatriz Corrêa. O crime de importunação sexual: resposta adequada ao assédio sexual de rua? *Boletim IBCCRIM*, v. 306, p. 10-11, 2018.

SMART, Carol. *Women, Crime and Criminology: a feminist critique*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1976.

SMITH, Barbara. *Home Girls. A Black Feminist Anthology*. New Jersey: Rutgers University Press, p. 264-274, 1983.

SOUZA, Luciano Anderson de. Crimes Sexuais: reflexões críticas. In: SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; RASSI, João Daniel. (Org). *Estudos em homenagem a Vicente Grecco Filho*. São Paulo: LiberArs, 1ª ed., v. 1, p. 325-338, 2014.

_____; FERREIRA, Regina Cirino Alves. Feminicídio: primeiras observações. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, n. 269, p. 3-4, 2015.

_____; BARROS, Paula Pécora de. Questões controversas com relação à lei do feminicídio (Lei n. 13.104/2015). São Paulo: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 111, jan/dez 2016, p. 263-279, 2016.

_____; FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Desvios na construção de um Direito Penal de gênero: um problema chamado Poder Legislativo. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 26, n. 147, p. 459-477, 2018.

_____. Dos Crimes Contra a Vida. In. HUNGRIA, Nélson; REALE JÚNIOR, Miguel; SOUZA, Luciano Anderson de. *Comentários ao Código Penal*. Volume V (arts. 121 a 136). Rio de Janeiro: Editora GZ, 5ª ed., 2018.

_____. *Crimes Contra a Administração Pública*. São Paulo: Thomson Reuters, 2018.

_____. *Direito Penal – Parte Geral*, vol. 01. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

SOUZA, Regina Cirino Ferreira de. *Crimes de Ódio: racismo, feminicídio e homofobia*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

_____; FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Três anos da implementação do feminicídio no Brasil: primeiras percepções e possíveis diagnósticos. *Revista dos Tribunais*, São Paulo: Ed. RT, vol. 998, ano 107, p. 173-197, 2018.

SPANIOL, Marlene Inês. Patrulhas Maria da Penha: análise dos avanços e desafios dos dois anos de implantação desta política pública de prevenção à violência de gênero, nos Territórios da Paz, em Porto Alegre. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 30-48, 2015.

SPIVAK Gayatri. *Subaltern Studies: Deconstructing Historiography*. In: *The Spivak Reader*, New York: Routledge, 1996.

STOLLER, Robert. *Sex and Gender*. On the development of masculinity and femininity. New York: Vintage Books, 1968, p. IX.

STRECK, Lênio Luiz. Criminologia e Feminismo. In.: CAMPOS, Carmen Hein de. (org.) *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre : Sulina, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 1ª ed. E-book, 2017.

TRANSGENDER EUROPE. TMM annual report 2016. Berlin, 2016. Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>. Acesso em 20/07/2018

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico. Working Paper CRIA1, Lisboa, 2009.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Lélia Gonzales e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antisexismo. Revista ABPN, v. 1, n. 1, mar-jun 2010, pp. 52-63, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil*, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em 09/01/2020.

_____. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*, 2015. Disponível _____ na _____ Internet: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 20/07/2018.